

POSICIONAMENTO LUPPA PARA A COP 30

LUPPA POSITION PAPER FOR COP 30

O Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares (LUPPA) é uma iniciativa nacional de cooperação técnica intermunicipal que apoia governos locais no desenvolvimento de políticas alimentares integradas, baseadas em abordagens sistêmicas, intersectoriais, participativas e alinhadas aos princípios da justiça social e da sustentabilidade. Por meio de ciclos contínuos de aprendizagem e articulação, o LUPPA promove a construção de uma agenda pública que conecta o combate à fome e à insegurança alimentar com a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a valorização da sociobiodiversidade, a promoção de circuitos curtos de abastecimento e o fortalecimento da agricultura familiar e urbana.

O trabalho realizado no LUPPA tem recebido reconhecimento internacional, seja pelo seu aspecto de metodologia inovadora, seja por sua capacidade de gerar uma rede de suporte entre as cidades. No relatório “State of Food Insecurity in the World 2023” (produzido pela FAO, UNICEF, FIDA, WFP) e no relatório “From Plate to Planet” (IPES FOOD, 2023), o LUPPA é citado como exemplo inovador de laboratório de política pública alimentar urbana com impacto na alavancagem da transformação dos sistemas alimentares. Em 2024, o LUPPA foi destaque como rede nacional de cidades no relatório “Strengthening Urban and Peri-urban Food Systems”, do Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional do Comitê Mundial de Segurança Alimentar das Nações Unidas sobre sistemas alimentares urbanos e periurbanos. Já em 2025, o LUPPA foi citado e reconhecido como uma das experiências de referência em

The Urban Laboratory of Public Food Policies (LUPPA) is a national initiative of inter-municipal technical cooperation that supports local governments in developing integrated food policies based on systemic, intersectoral, and participatory approaches, aligned with the principles of social justice and sustainability. Through continuous cycles of learning and coordination, LUPPA promotes the construction of a public agenda that links the fight against hunger and food insecurity with climate change mitigation and adaptation, the promotion of sociobiodiversity (the interconnection between biological, social and cultural diversity), the development of short food supply chains, and the strengthening of family and urban agriculture.

The work carried out by LUPPA has received international recognition, both for its innovative methodology and for its capacity to generate a supportive network among cities. In the report State of Food Insecurity in the World 2023 (produced by FAO, UNICEF, IFAD, WFP) and in the report From Plate to Planet (IPES FOOD, 2023), LUPPA is cited as an innovative example of an urban public food policy laboratory with impact in leveraging food system transformation. In 2024, LUPPA was highlighted as a national city network in the report Strengthening Urban and Peri-urban Food Systems by the High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the United Nations Committee on World Food Security, focusing on urban and peri-urban food systems. In 2025, LUPPA was cited and recognized as a reference experience in urban food policies with an integrated approach, in the publication by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)

POSICIONAMENTO LUPPA PARA A COP 30

LUPPA POSITION PAPER FOR COP 30

políticas alimentares urbanas com abordagem integrada, pela publicação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) intitulada “Transforming Food and Agriculture through a Systems Approach” (em português, Transformando a Alimentação e a Agricultura por meio de uma Abordagem Sistêmica), um relatório que explica e exemplifica o conceito e a importância da adoção da abordagem sistêmica nos sistemas alimentares.

A comunidade LUPPA é composta por 54 municípios abrangendo todas as regiões do país e representando uma população total de 15.656.597 habitantes. A edição atual (4ª edição - 2025) conta com o apoio técnico de cinco cidades mentoras com reconhecida trajetória em políticas alimentares, a saber Belo Horizonte, Curitiba, Osasco, Recife e São Paulo. Nesta edição a cidade de Barcarena tornou-se mentora e irá atuar como tal a partir da 5ª edição.

Este documento foi construído coletivamente pelas cidades participantes da atividade imersiva do LUPPA, denominada LUPPA LAB, é dirigido à comunidade nacional e internacional reunida na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conferência das Partes) - COP 30, que será realizada na cidade de Belém, estado do Pará. Aqui serão apresentadas recomendações para 4 diferentes eixos. Estas recomendações representam o posicionamento político dos municípios participantes do LUPPA quanto à centralidade dos sistemas alimentares nas estratégias de ação climática e dão suporte à construção de sistemas alimentares mais circulares, resilientes, justos e sustentáveis a partir da ação nas cidades:

Agroecologia urbana, periurbana e comunitária como eixo estratégico da política climática

A consolidação de sistemas alimentares sustentáveis demanda a incorporação da

entitled Transforming Food and Agriculture through a Systems Approach, a report that explains and exemplifies the concept and importance of adopting a systemic approach in food systems.

The LUPPA community is composed of 54 municipalities covering all regions of Brazil, representing a total population of 15,656,597 inhabitants. The current edition (4th edition – 2025) counts on the technical support of five mentor cities with recognized trajectories in food policy: Belo Horizonte, Curitiba, Osasco, Recife, and São Paulo. In this edition, the city of Barcarena became a mentor city and will act as such from the 5th edition onward.

This document was collectively developed by the cities participating in LUPPA’s immersive activity, called LUPPA LAB, and is addressed to the national and international community gathered at the United Nations Climate Change Conference – COP 30, to be held in Belém, state of Pará. It presents recommendations across four thematic areas. These recommendations reflect the political positioning of the municipalities participating in LUPPA regarding the centrality of food systems in climate action strategies and support the construction of more circular, resilient, just, and sustainable food systems through local action.

Urban, peri-urban, and community-based agroecology as a strategic axis of climate policy

The consolidation of sustainable food systems requires the incorporation of urban, peri-urban, and community-based agroecology as a core element of local climate mitigation and adaptation strategies. Beyond its productive benefits, this approach integrates ecosystemic, social, and economic functions, simultaneously contributing to the reduction of greenhouse gas (GHG) emissions, the

POSICIONAMENTO LUPPA PARA A COP 30

LUPPA POSITION PAPER FOR COP 30

agroecologia urbana, periurbana e comunitária como eixo estruturante das estratégias locais de mitigação e adaptação climática. Para além de seus benefícios produtivos, essa abordagem integra funções ecossistêmicas, sociais e econômicas, contribuindo simultaneamente para a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), a restauração de ciclos biogeoquímicos, a valorização da sociobiodiversidade e o fortalecimento da resiliência socioambiental nos territórios.

A implementação de políticas públicas voltadas à agricultura urbana e à transição agroecológica em áreas urbanas e periurbanas deve considerar instrumentos regulatórios e financeiros que favoreçam a multiplicação de quintais produtivos, hortas comunitárias, agroflorestas urbanas, sistemas de compostagem descentralizada e circuitos territoriais de comercialização. Essas políticas devem priorizar grupos historicamente marginalizados, incluindo mulheres, juventudes, povos indígenas, comunidades tradicionais e periferias urbanas, reconhecendo sua relevância na construção de soluções climáticas justas e territorializadas.

Recomendações:

Integrar a agroecologia urbana, periurbana e comunitária às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), vinculando a políticas de compostagem, manejo de resíduos orgânicos, produção de bioinsumos e regeneração de áreas verdes, como estratégias efetivas de mitigação e adaptação climática nos centros urbanos;

Destinar recursos públicos e mecanismos de financiamento climático (nacionais e internacionais) ao fomento de iniciativas agroecológicas em territórios urbanos e rururbanos, priorizando a justiça climática, a equidade territorial e o protagonismo de populações vulnerabilizadas;

restoration of biogeochemical cycles, the promotion of sociobiodiversity, and the strengthening of socio-environmental resilience in territories.

The implementation of public policies focused on urban agriculture and agroecological transition in urban and peri-urban areas should consider regulatory and financial instruments that encourage the expansion of productive backyards, community gardens, urban agroforestry, decentralized composting systems, and local supply circuits. These policies must prioritize historically marginalized groups, including women, youth, indigenous peoples, traditional communities, and urban peripheries, recognizing their relevance in building just and territorially grounded climate solutions.

Recommendations:

Integrate urban, peri-urban, and community-based agroecology into Nationally Determined Contributions (NDCs), linking it to policies on composting, organic waste management, bio-input production, and green area regeneration as effective strategies for climate mitigation and adaptation in urban centers;

Allocate public resources and climate finance mechanisms (both national and international) to support agroecological initiatives in urban and rural-urban territories, prioritizing climate justice, territorial equity, and the empowerment of vulnerable populations;

Establish mechanisms to ensure that urban and peri-urban agriculture can access institutional markets, overcoming documentary and regulatory barriers that currently limit their participation in public procurement programs;

Expand and territorialize Technical

POSICIONAMENTO LUPPA PARA A COP 30

LUPPA POSITION PAPER FOR COP 30

Criar mecanismos que garantam o acesso da agricultura urbana e periurbana aos mercados institucionais, superando barreiras documentais e regulatórias que hoje limitam sua participação em programas de compras institucionais.

Expandir e territorializar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com abordagem agroecológica voltada aos contextos urbanos e periurbanos, assegurando metodologias participativas, formação técnica continuada e suporte à organização socioprodutiva de base comunitária;

Reconhecer e institucionalizar a agroecologia urbana nos instrumentos de planejamento urbano e territorial, como os Planos Diretores, Planos de Saneamento, Planos de Mobilidade e os Planos Municipais de Ação Climática, promovendo sinergia entre as agendas de segurança alimentar, clima e uso do solo.

Soberania alimentar, sociobiodiversidade e educação alimentar como pilares de adaptação climática

A promoção da soberania alimentar e a valorização da sociobiodiversidade são estratégias centrais para a construção de sistemas alimentares resilientes e territorialmente adaptados aos efeitos da crise climática. A incorporação de alimentos nativos e regionais nos cardápios de programas públicos de alimentação e equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (ou seja, espaços onde o Estado oferta diretamente refeições ou alimentos à população, e onde as compras públicas podem ser orientadas por critérios de sustentabilidade, saúde e valorização da sociobiodiversidade), fortalece cadeias curtas de abastecimento, amplia a autonomia produtiva local e contribui para a conservação de ecossistemas.

Assistance and Rural Extension Services with an agroecological approach tailored to urban and peri-urban contexts, ensuring participatory methodologies, continuous technical training, and support for community-based socio-productive organization;

Recognize and institutionalize urban agroecology in urban and territorial planning instruments, such as City Plans, Sanitation Plans, Mobility Plans, and Municipal Climate Action Plans, promoting synergy between food security, climate, and land-use agendas.

Food Sovereignty, Sociobiodiversity, and Food Education as Pillars of Climate Adaptation

Promoting food sovereignty and valuing sociobiodiversity are central strategies for building resilient food systems that are territorially adapted to the effects of the climate crisis. The inclusion of native and regional foods in public food programs and Food and Nutrition Security facilities (spaces where the State directly provides meals or food to the population and where public procurement can be guided by sustainability, health, and sociobiodiversity criteria) strengthens short supply chains, enhances local productive autonomy, and contributes to ecosystem conservation.

In this context, Food and Nutrition Education, when integrated transversally into Food and Nutrition Security policies, plays a structuring role by fostering healthy eating practices, strengthening sociocultural ties, and encouraging environmentally sustainable consumption choices.

Recommendations:

POSICIONAMENTO LUPPA PARA A COP 30

LUPPA POSITION PAPER FOR COP 30

Nesse contexto, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), quando articulada de forma transversal às políticas de SAN, exerce papel estruturante ao induzir práticas alimentares saudáveis, fortalecer vínculos socioculturais e fomentar escolhas de consumo ambientalmeustentáveis.

Recomendações:

Integrar alimentos da sociobiodiversidade nas compras públicas (como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), equipamentos públicos de SAN), assegurando mercados institucionais para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e sistemas agroextrativistas;

Estabelecer diretrizes normativas para a restrição do acesso a alimentos ultraprocessados em escolas e demais ambientes institucionais, promovendo ambientes alimentares saudáveis;

Incentivar políticas de restauração ecossistêmica com espécies alimentares nativas, alinhadas à recuperação de áreas degradadas, proteção de nascentes e resiliência hídrica;

Criar mecanismos de regulação de preços e canais permanentes de comercialização que assegurem a viabilidade econômica da produção oriunda da sociobiodiversidade.

Financiamento climático e justiça econômica para a agricultura familiar

A sustentabilidade dos sistemas alimentares frente à crise climática requer o fortalecimento de mecanismos financeiros que reconheçam o papel estratégico da agricultura familiar, urbana e do agroextrativismo na produção de alimentos saudáveis, na conservação ambiental e na oferta de serviços ecossistêmicos. Trata-se de um setor historicamente subfinanciado,

Integrate sociobiodiversity food into public procurement programs (such as the National School Feeding Program – PNAE, the National Food Procurement Program – PAA, and public Food and Nutrition Security facilities), ensuring institutional markets for family farming, traditional peoples and communities, and agroextractivist systems

Establish normative guidelines to restrict access to ultraprocessed foods in schools and other institutional environments, promoting healthy food environments;

Encourage ecosystem restoration policies using native food species, aligned with the recovery of degraded areas, the protection of water sources, and water resilience;

Create price regulation mechanisms and permanent marketing channels to ensure the economic viability of production derived from sociobiodiversity.

Climate Finance and Economic Justice for Family Farming

Food systems sustainability in the face of the climate crisis requires strengthening financial mechanisms that recognize the strategic role of family, urban, and agroextractive farming in producing healthy food, conserving the environment, and providing ecosystem services. This is a historically underfunded sector that must be repositioned as a key actor in the ecological transition, grounded in principles of economic, climate, and territorial justice.

The allocation of public and climate resources should take into account regional and structural asymmetries that affect the adaptive capacity of family farmers, especially those in contexts of socioeconomic vulnerability. To this end, it is essential to create stable and accessible financial instruments aimed at strengthening local capacities, restoring the

POSICIONAMENTO LUPPA PARA A COP 30

LUPPA POSITION PAPER FOR COP 30

que precisa ser reposicionado como protagonista da transição ecológica com base em princípios de justiça econômica, climática e territorial.

A alocação de recursos públicos e climáticos deve considerar as assimetrias regionais e estruturais que afetam a capacidade de adaptação das agricultoras e agricultores familiares, sobretudo aqueles em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Para tanto, é necessário criar instrumentos financeiros

estáveis, acessíveis e orientados ao fortalecimento das capacidades locais, à recomposição da base produtiva agroecológica e à ampliação da autonomia econômica dos territórios.

Recomendações:

Instituir mecanismos de cofinanciamento climático e pagamento por serviços ambientais (PSA) voltados à agricultura familiar de base agroecológica, reconhecendo seus múltiplos aportes à mitigação e à adaptação, bem como sua contribuição à resiliência territorial;

Desenvolver instrumentos de seguro rural sensíveis ao clima, adaptados à realidade da agricultura familiar, considerando eventos extremos e riscos climáticos crescentes, com foco em pequenos produtores;

Criar incentivos fiscais e mecanismos de compras públicas para alimentos frescos e minimamente processados provenientes da agricultura familiar, dando preferência a alimentos orgânicos e de base agroecológicos, promovendo sua competitividade frente ao mercado de ultraprocessados e garantindo o acesso da população a alimentos saudáveis;

Ampliar o acesso dos municípios e consórcios públicos aos fundos climáticos internacionais e nacionais, com foco em projetos integrados

agroecological production base, and expanding the economic autonomy of territories.

Recommendations:

Establish climate cofinancing mechanisms and Payments for Environmental Services targeted at agroecology-based family farming, recognizing its multiple contributions to mitigation, adaptation, and territorial resilience;

Develop climate-sensitive rural insurance instruments tailored to the realities of family farmers, considering extreme events and growing climate risks, with a focus on smallholders;

Create tax incentives and public procurement mechanisms for fresh and minimally processed foods produced by family farmers, giving preference to organic and agroecological products, enhancing their competitiveness against ultraprocessed foods and ensuring public access to healthy diets;

Expand access for municipalities and public consortia to national and international climate funds, focusing on integrated projects for food and nutrition security, agroecological transition, and climate adaptation.

Integrating Food Systems and Local Climate Policies

Integrating food systems into climate and territorial planning instruments is essential for structuring systemic and effective responses to the climate crisis at the local level. Municipal food and nutrition security plans, climate action plans, and land-use policies must operate in an articulated manner to foster synergies among mitigation, adaptation, and the promotion of the human right to adequate food.

POSICIONAMENTO LUPPA PARA A COP 30

LUPPA POSITION PAPER FOR COP 30

de segurança alimentar e nutricional, transição agroecológica e adaptação às mudanças climáticas.

Integração entre sistemas alimentares e políticas climáticas locais

A integração entre os sistemas alimentares e os instrumentos de planejamento climático e territorial é condição indispensável para estruturar respostas sistêmicas e eficazes à crise climática em escala local. Planos municipais de segurança alimentar e nutricional, planos de ação climática e políticas de uso e ocupação do solo devem operar de forma articulada, a fim de potencializar sinergias entre mitigação, adaptação e promoção do direito humano à alimentação adequada.

Nesse contexto, os governos locais assumem um papel estratégico como catalisadores de soluções territoriais baseadas em evidências e conhecimento técnico, capazes de articular inovação social, justiça climática e soberania alimentar. A institucionalização de sistemas alimentares sustentáveis no planejamento municipal fortalece a resiliência urbana, reduz desigualdades socioespaciais e amplia a capacidade de resposta a eventos extremos.

Recomendações:

Incorporar os sistemas alimentares como eixo estruturante nos Planos Municipais de Ação Climática (PMACs), reconhecendo sua interface com as agendas de adaptação, saúde, uso do solo e gestão de resíduos;

Requalificar e adaptar os equipamentos públicos de SAN (como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) para que atuem também como infraestruturas de resposta a emergências climáticas e pontos de fortalecimento das redes locais de abastecimento;

In this context, local governments play a strategic role as catalysts of territorial solutions grounded in evidence and technical knowledge—capable of linking social innovation, climate justice, and food sovereignty. The institutionalization of sustainable food systems within municipal planning strengthens urban resilience, reduces sociospatial inequalities, and enhances the capacity to respond to extreme events.

Recommendations:

Incorporate food systems as a structuring axis in Municipal Climate Action Plans, recognizing their interface with adaptation, health, land use, and waste management agendas;

Requalify and adapt public Food and Nutrition Security facilities, such as community kitchens, popular restaurants, and food banks, so they can also operate as infrastructures for climate emergency response and as hubs for strengthening local food supply networks;

Support nature-based solutions such as urban agroforestry, community composting, micro forests, and green roofs as integrated strategies for mitigation, adaptation, and environmental regeneration in urban and peri-urban territories;

Implement circular organic waste chains through decentralized composting systems, biodigesters, and reverse logistics models adapted to municipal realities;

Strengthen decentralized cooperation networks, at both national and international levels, to exchange good practices and foster innovation in territorial food and climate policies;

POSICIONAMENTO LUPPA PARA A COP 30

LUPPA POSITION PAPER FOR COP 30

Apoiar soluções baseadas na natureza, como agroflorestas urbanas, compostagem comunitária, micro florestas e telhados verdes, como estratégias integradas de mitigação, adaptação e regeneração ambiental em territórios urbanos e periurbanos;

Implementar cadeias circulares de resíduos orgânicos, por meio de sistemas descentralizados de compostagem, biodigestores e modelos de logística reversa adaptados à realidade municipal;

Fortalecer redes de cooperação descentralizada, em âmbito nacional e internacional, para o intercâmbio de boas práticas e inovação em políticas alimentares e climáticas de base territorial.

Valorizar e estruturar políticas intersetoriais, que articulem diferentes secretarias municipais (como saúde, educação, meio ambiente, assistência social, agricultura e planejamento urbano), garantindo coerência e sinergia entre as agendas de clima, alimentação e desenvolvimento local.

Considerações finais

A urgência climática impõe aos governos locais o desafio de construir respostas integradas que promovam simultaneamente a transição ecológica, a justiça social e a segurança alimentar e nutricional. Neste contexto, os sistemas alimentares devem ser reconhecidos como eixo estratégico das políticas climáticas urbanas, articulando ações de mitigação, adaptação e regeneração com políticas públicas de abastecimento, saúde, desenvolvimento territorial e combate às desigualdades.

O posicionamento das cidades integrantes do LUPPA na COP 30 reafirma o compromisso dos governos locais brasileiros com a construção de um futuro alimentar justo, resiliente e sustentável. Ao trazer recomendações concretas nos campos da agroecologia, do financiamento climático, da sociobiodiversidade e da governança

Promote and structure intersectoral policies that articulate different municipal departments, such as health, education, environment, social assistance, agriculture, and urban planning, ensuring coherence and synergy across climate, food, and local development agendas.

Final Considerations

The climate emergency poses to local governments the challenge of building integrated responses that simultaneously promote ecological transition, social justice, and food and nutrition security. In this context, food systems must be recognized as a strategic pillar of urban climate policies, linking mitigation, adaptation, and regeneration actions with public policies on food supply, health, territorial development, and the fight against inequalities.

The position of the cities participating in LUPPA at COP 30 reaffirms the commitment of Brazilian local governments to building a just, resilient, and sustainable food future. By presenting concrete recommendations in the fields of agroecology, climate finance, sociobiodiversity, and territorial governance, this document seeks to contribute to the advancement of multilateral negotiations and to the strengthening of local, decentralized, and evidence based climate action.

LUPPA also expresses its recognition and support for the Local Governments and Municipal Authorities (LGMA) COP30 Joint Position, reaffirming the convergence of principles and objectives around the strengthening of multilevel climate action. In line with the five key demands of the LGMA, which include the establishment of a formal UNFCCC program dedicated to multilevel climate action, the advancement of localized adaptation indicators, the formal recognition of local and subnational governments in implementing a just

POSICIONAMENTO LUPPA PARA A COP 30
LUPPA POSITION PAPER FOR COP 30

territorial, este documento pretende contribuir com o avanço das negociações multilaterais e com o fortalecimento da ação climática local, descentralizada e baseada em evidências.

O LUPPA também manifesta seu reconhecimento e apoio ao Posicionamento Conjunto da Constituency Local Governments and Municipal Authorities (LGMA), para a COP 30, reafirmando a convergência de princípios e objetivos em torno do fortalecimento da ação climática multinível. Em consonância com os cinco pleitos centrais da LGMA – que incluem a criação de um programa formal da UNFCCC dedicado à ação climática multinível, o avanço de indicadores de adaptação territorializados, o reconhecimento formal dos governos locais e subnacionais na implementação da transição justa, a localização do financiamento climático e o aprimoramento da cooperação multinível – o LUPPA reforça que os sistemas alimentares sustentáveis constituem um eixo estratégico para a integração entre agendas locais de clima, adaptação, transição justa, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável.

Reiteramos, por fim, que a transformação dos sistemas alimentares diante da emergência climática requer um pacto multiescalar e intersetorial, com coordenação entre União, estados, municípios e sociedade civil, e com investimentos públicos e privados à altura da crise que enfrentamos.

O LUPPA reafirma seu compromisso com essa agenda, atuando como uma plataforma colaborativa de apoio técnico, articulação política e fortalecimento institucional dos governos locais. As cidades que integram o LUPPA demonstram, na prática, que é possível construir políticas alimentares integradas, com base em justiça social, equidade territorial e transição ecológica.

transition, the localization of climate finance, and the enhancement of multilevel cooperation, LUPPA reinforces that sustainable food systems represent a strategic pillar for integrating local agendas on climate, adaptation, just transition, food security, and sustainable development.

We reiterate, finally, that transforming food systems in the face of the climate emergency requires a multilevel and cross-sectoral pact, coordinated among federal, state, and municipal governments, alongside civil society, and supported by public and private investments commensurate with the scale of the crisis we face.

LUPPA reaffirms its commitment to this agenda, acting as a collaborative platform for technical support, political coordination, and institutional strengthening of local governments. The cities that make up LUPPA demonstrate in practice that it is possible to build integrated food policies grounded in social justice, territorial equity, and ecological transition.



